RESULTADOS PRELIMINARES DAS AÇÕES E PRÁTICAS DO PROJETO "MULHERES MIGRANTES NEGRAS EM DIÁSPORA NO BRASIL: CARTOGRAFIA DAS OPRESSÕES" 2024-2025

Maria da Graça HOEFEL, Universidade de Brasília, Universidade do Porto, gracahoefel@gmail.com

Regina Gloria Nunes ANDRADE, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, reginagna@terra.com.br

Denise Osório SEVERO, Universidade de Brasília, denisesevero.unb@gmail.com

Claudia WASHINGTON, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, iawashi@gmail.com

Maria Conceição dos REIS, Universidade Federal de Pernambuco, cecareis@hotmail.com

Elizama MESSIAS, e Universidade Federal de Pernambuco, lizamamessias@yahoo.com.br

Iêda Maria Ávila Vargas DIAS, Universidade Federal de Juiz de Fora, ieda.vargas@ufjf.br

Zuleyce Maria LESSA, Universidade Federal de Juiz de Fora, zuleyce.lessa@ufjf.edu.br

Maria Gabriela Curubeto GODOY, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, gabriela.godoy@ufrgs.br

Valeria Rodrigues da SILVA, Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

Heloisa Helena Ferraz AYRES, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1. Introdução

Trata-se de uma pesquisa-ação, multicêntrica, de abordagem qualitativa, intitulada "Mulheres Migrantes Negras em Diásporas no Brasil: cartografias das Opressões", financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia (CNPq), coordenada pela Universidade de Brasília, que tem como objetivo geral desvelar as opressões de classe, raça/etnia, nacionalidade, status migratório e orientação sexual vivenciadas por mulheres migrantes negras em diáspora no Brasil, à luz das interseccionalidades, a fim de subsidiar a elaboração de políticas públicas que garantam os direitos humanos desta população.

Os sujeitos de estudo abarcam sessenta mulheres migrantes negras em diáspora no contexto do Brasil, distribuídas nas cinco macrorregiões do país. A pesquisa está sendo realizada em seis cidades do Brasil, especificamente em Brasília, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Porto Alegre, Recife e Rio Branco, em parceria entre seis universidades, configuradas como núcleos: Universidade de Brasília (UnB); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Acre (UFAC).

Em cada núcleo foram selecionadas dez mulheres migrantes negras oriundas de distintos países situados no contexto africano, latino-americano e caribenho, as quais participam como pesquisadoras bolsistas do projeto.

O estudo adota o método do Projeto Vidas Paralelas - PVP (Hoefel *et al*., 2020; Hoefel, Severo & Washigton, 2023), ancorado na perspectiva crítica, dialógica e decolonial, com base na educação popular de Freire (2021) e no protagonismo das participantes, a fim de desvelar situações de vida historicamente silenciadas, bem como fortalecer os processos de luta por direitos humanos, através do compartilhamento de experiências na perspectiva das próprias mulheres e da construção de estratégias de enfrentamento de tais questões.

O projeto se ancora na utilização de linguagens artísticas e imagéticas – através de Oficinas de Direitos Humanos e Fotografia, além de demais atividades incluídas no método. Os princípios teórico-metodológicos estruturantes são: centralidade do olhar, dos próprios sujeitos da ação; linguagem imagética, como elemento metodológico norteador dos processos; perspectiva da educação popular.

Além disso, neste projeto o método do PVP de Hoefel (2016) incorporou a utilização da ferramenta metodológica da "escrevivência" proposta por Conceição Evaristo (2020), com o intuito de propiciar espaços de evocação e produção coletiva do conhecimento, com base na escrita das histórias das próprias mulheres sobre suas vivências e experiências, favorecendo espaços de evocação, diálogo, escuta compartilhada e criação de ações de enfrentamento das opressões sofridas pelas migrantes.

Os resultados preliminares permitem elucidar o contexto contemporâneo de vida dessas mulheres migrantes/refugiadas, a partir de suas próprias perspectivas nos distintos espaços de produção e reprodução da vida, possibilitando a sua problematização. Cabe assinalar a importância do reconhecimento dos inúmeros desafios ainda presentes nas sociedades contemporâneas no que tange à superação das colonialidades, sobretudo diante de conjunturas conservadoras e da expansão da extrema-direita no mundo.

2. Atividades desenvolvidas

Observa-se que, ao longo do processo de pesquisa, as linguagens artístico-expressivas contribuem para a constituição de uma grupalidade que aprofunda discussões e fortalece o intercâmbio de experiências que passaremos a relatar. Necessário se faz pontuar que a pesquisa está na metade do processo de implantação e que sua finalização será em julho de 2026. Outra observação importante é que cada núcleo da pesquisa teve autonomia para definir datas, mobilizar mudanças de horário ou de atividade a partir das necessidades de cada grupo, cidade e especificidades socioculturais. Para fins didáticos e de compreensão, nomeamos e selecionamos cada etapa das ações e atividades preliminares do projeto.

2.1. Primeira etapa das atividades do projeto

A primeira oficina "Direitos Humanos, Fotografia e Mulheres Negras em Diáspora", foi realizada na Universidade de Brasília (UnB) entre os dias 13 e 15 de maio de 2024, e teve como objetivo discutir a metodologia proposta com os representantes de cada universidade integrante do projeto. Nessa oficina foi apresentada a primeira cartilha metodológica e avaliada pelos pesquisadores em um espaço seguro, crítico e colaborativo, para que cada universidade pudesse explorar suas experiências, reflexões e construções teóricas. Após, foi realizado o processo de seleção das mulheres migrantes negras participantes do estudo, bem como de demais estudantes, para compor a equipe de pesquisadores bolsistas do projeto.

2.2. Segunda etapa das atividades: ações de grupos e oficinas

As ações da pesquisa iniciaram com um evento de extensão realizado pela Universidade de Brasília, onde foi realizado um processo de formação de metodologia das Oficinas de Fotografia e Direitos Humanos por meio do "Curso de Leitura, Produção e Criação de Imagens em Processos Coletivos" (Washington, 2024), ministrado por uma pesquisadora e artista vinculada à UnB. O curso foi de 60 horas, na modalidade online, divididas em 30 horas de aulas síncronas, 6 horas de atividades assíncronas e 24 horas de acompanhamento (síncrono) da implementação das oficinas nos diferentes núcleos.

As oficinas foram mediadas por linguagens artístico-expressivas do PVP e incluíram a escrita de histórias de mulheres negras como ferramenta metodológica. O percurso metodológico foi estruturado em oficinas que se desdobraram em oito atividades.

Na primeira atividade metodológica, "Percorrendo o Mundo", as mulheres migrantes mapearam suas rotas migratórias em um mapa-múndi, partilhando origens e trajetos, inaugurando a construção daquilo que Rancière (2005) designou por comum sensível. A segunda atividade, "Mostrar uma Foto", possibilitou que cada participante apresentasse uma fotografia significativa de sua trajetória, produzindo narrativas que revelaram opressões interseccionais, mas também afirmaram identidades.

A seguir, a terceira atividade, “Escolher uma Foto”, o grupo selecionou coletivamente uma das imagens apresentadas, promovendo um exercício de convergência simbólica entre histórias singulares. Na quarta atividade, “Processo Criativo”, foram trabalhadas expressões artísticas inspiradas na fotografia escolhida, em linguagens como desenho, escrita e performance, reforçando a articulação entre subjetividade e coletividade. A quinta atividade metodológica, “Partilha do Sensível”, ampliou esse movimento ao promover a história oral, a verbalização e o compartilhamento das criações, reafirmando a escuta mútua, tensionando fronteiras entre arte, política e cotidiano.

A sexta atividade, “Cartas Negras”, inspirada nas produções literárias dos *Cadernos Negros* e na escrevivência de Conceição Evaristo, mobilizou as participantes na escrita de cartas endereçadas a personagens literárias ou pessoas reais. Essa prática de escrita de si articulou experiências pessoais e históricas de opressão e resistência. Na sétima atividade, “Mulheres em Cena”, foram construídos roteiros e dramatizações a partir de vivências cotidianas e imagens fílmicas, o que permitiu discutir representações e invisibilidades de mulheres migrantes negras na mídia e na sociedade. Por fim, a oitava atividade metodológica foi a construção da Carta de Direitos das Mulheres Migrantes Negras em Diáspora no Brasil: cada núcleo elaborou um documento coletivo a partir das narrativas e experiências das participantes, articulou os achados das oficinas com referenciais de direitos humanos sintetizando demandas e reivindicações fundamentais das mulheres migrantes negras, projetando sua incidência nos espaços de formulação de políticas públicas.

2.3. Terceira etapa: as vivências de escrevivência

A ação de formação realizada para 58 participantes das equipes de todos os núcleos foi o curso “Curso Introdutório de Racismo Estrutural e seus impactos na vida das mulheres negras”, promovido e ministrado por uma pesquisadora (Messias, 2024), vinculada ao Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais (Laberer/UFPE), através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE. Esse curso foi fundamental para a inclusão da etapa da escrevivência na metodologia das oficinas, através da produção de textos e relatos de experiências que prepararam todas as equipes para a produção do que chamamos de “Cartas Negras”. Elas foram inspiradas nas produções literárias dos “*Cadernos Negros*” e na escrevivência de Conceição Evaristo e mobilizou as pesquisadoras mulheres migrantes negras na escrita de cartas endereçadas a personagens literárias ou pessoas reais. Essa prática de escrita se articulou com experiências pessoais e históricas de opressão e resistência. Este exercício literário desenvolveu as condições dos imaginários adaptativos da migração, favorecendo o exercício de uma vivência imaginária e da realidade que vivem.

Na implementação das Oficinas, no núcleo de Porto Alegre, esta atividade realizada pelas mulheres migrantes teve como consigna a escrita de uma carta para uma amiga fictícia que gostaria de vir ao Brasil. Essas cartas expressaram as distintas realidades e experiências, com recomendações, alertas e encorajamento, mostrando a importância de um caminhar coletivo ao contar com a ajuda de outras mulheres que já passaram por situações iguais, o que permite caminhar mais longe. Além disso houve a realização de exposições e mostras fotográficas e a criação de site, redes sociais como o Instagram, dentre outros.

2.4. Quarta etapa das atividades: Carta dos Direitos Humanos das mulheres migrantes negras em diáspora no Brasil

Esta ação foi considerada a mais importante de todo o processo e por esta razão foi a mais demorada de todas, culminando com a elaboração de seis "Cartas dos Direitos das Mulheres Migrantes Negras", sendo uma carta por núcleo. Após a elaboração das Cartas, foram criados seis Planos de Ação, que revelaram os direitos humanos e as políticas públicas demandadas pelas mulheres. As respectivas Cartas e Planos de Ação visam instrumentalizar a luta das mulheres e, como tal, são apresentadas para instâncias governamentais, a fim de realizar pactuações políticas que conduzam aos avanços da garantia dos direitos humanos das mulheres migrantes negras. Além disso, as pactuações também visam a proposição do desenvolvimento de processos de Educação Permanente para os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), protagonizados por mulheres migrantes negras. Com base neste processo, até o presente momento, três núcleos já realizaram processos de Educação Permanente em Saúde, nos quais as mulheres foram as coordenadoras da formação e relataram, de forma impactante, suas opressões a partir das experiências de vida vivenciadas por elas e das necessidades que demandavam às instâncias públicas para reverter as violações de direitos sofridos. Inserimos a seguir algumas observações dos núcleos, visto que elas revelam as especificidades de cada um:

• Núcleo Brasília/DF: ao longo do ano de 2024-2025 o projeto empreendeu diferentes ações, entre as quais se destacam as que resultaram na elaboração da "Carta de Direitos das Mulheres Migrantes Negras" inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual buscou resguardar direitos específicos do grupo de mulheres migrantes negras e o "Plano de Ação Mulheres Migrantes Negras", cujo principal objetivo é o de implementar os direitos sociais e políticos explicitados na Carta. Esses dois documentos basilares demonstram avanços do projeto no que tange à promoção do empoderamento das mulheres, a defesa e ampliação de seus direitos no contexto do Distrito Federal.

• Núcleo Rio de Janeiro/RJ: esse documento coletivo, elaborado a partir das narrativas e experiências das participantes, articulou os achados das oficinas com referenciais de direitos humanos. O processo de escrita foi colaborativo, envolvendo leitura de documentos, jogos de palavras, organização de ideias e edição coletiva. A Carta constitui-se como um marco político e simbólico, assim como de identidades e de identificações entre as migrantes.

• Núcleo Porto Alegre/RS: a Carta de Direitos das Mulheres Migrantes Negras do Núcleo Porto Alegre reivindica políticas públicas capazes de promover melhorias na qualidade de vida das mulheres e garantir que seus direitos não sejam violados em território brasileiro. As oficinas têm favorecido processos dialógicos, a colaboração e uma horizontalidade relacional que contribui para o fortalecimento do protagonismo individual e coletivo. As produções das oficinas se materializam em imagens e textos que compõem um repositório a ser utilizado em diversas ações previstas pelo projeto. A carta tem sido divulgada em diversos eventos, como: Semana da Migração; Seminário de Feminização da Migração; reunião com a Secretaria Estadual de Saúde; Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (COMIRAT); VII Conferência Municipal das Políticas para as Mulheres de Porto Alegre. Além desses espaços,

caracterizados por articulações interinstitucionais em âmbito local e estadual, o Núcleo Porto Alegre também tem se articulado com instituições globais que atuam com a população migrante, como a ONU Mulher e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A divulgação da carta potencializou a participação do Núcleo Porto Alegre em diversos espaços, como o convite para ter representação no COMIRAT; a contribuição no curso "Promoção da Equidade e dos Primeiros Cuidados Psicológicos: um olhar para a população migrante", promovido pela Escola de Governo e Área Técnica da Saúde da População Migrante, Refugiada, Apátrida e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul, voltado para gestores e trabalhadores do SUS do estado do Rio Grande do Sul; e a participação em dois capítulos da Coletânea intitulada "História dos povos formadores do Rio Grande do Sul: entre pampas, imigrantes e diásporas", no livro intitulado "Migrações Contemporâneas no Rio Grande do Sul".

• Núcleo Juiz de Fora/MG: um momento central do Plano de Ação foi a realização da Roda de Conversa em junho e julho de 2025 e a participação na Feira de Imigrantes da Prefeitura de Juiz de Fora, quando ocorreu a divulgação da "Carta de Direitos das Mulheres Migrantes Negras em Diáspora por um município mineiro". Até setembro de 2025, o documento foi encaminhado a instituições governamentais do município da pesquisa, como a Secretaria Especial de Direitos Humanos; a Câmara Municipal; o Comitê de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal; a Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF; a Secretaria de Educação; e o Conselho Municipal de Igualdade Racial. As oficinas de PVP aconteceram entre novembro de 2024 e março de 2025, totalizando dez encontros, que culminaram em um processo coletivo de reflexão, criação e construção política.

• Núcleo de Recife/PE: destacamos o processo de construção da "Carta de Direitos" e do plano de atividades, ambos realizados de maneira coletiva como uma das etapas das oficinas PVP. A Carta de Direitos é composta por uma introdução onde explicamos o processo de elaboração e mais seis tópicos: 1. Direitos Essenciais; 2. Direitos à Saúde; 3. Direitos à Educação; 4. Direitos ao Trabalho; 5. Direitos Culturais e Artísticos; 6. Leis contra o racismo e xenofobia.

• Núcleo de Rio Branco/AC: o assunto mais discutido nas oficinas, e consequentemente na realização da Carta de Direitos Humanos foi a violência psicológica e institucional sofrida pelas mulheres migrantes negras ao tentar entrar legalmente pela fronteira dos países como Bolívia e Peru pela Polícia Federal brasileira. Diversos relatos apontaram a violência institucional e a xenofobia sofrida pelas migrantes. Esses relatos justificam a necessidade de uma ação coordenada por instituições brasileiras, tais como, as universidades, órgãos públicos, organizações não governamentais, SUS e população em geral.

2.5. Quinta etapa: outras formações

Nesse caminho, vários processos de formação e reflexão coletivas foram realizados de acordo com cada momento vivenciado pelo projeto e requerido pelas migrantes. Como estas atividades foram decorrentes do processo dialógico de implantação do projeto, respeitando as especificidades de cada núcleo, algumas foram desenvolvidas em nível nacional, outras em nível local, mas todas fundamentais para o avanço dos objetivos. Nesse sentido, destacam-se algumas ações-chaves:

1) Formação em Tainacan – ofertado pela Universidade de Brasília em nível nacional. Realizado em 2024.

2) Formação em "Escrevivências" de Mulheres Negras e o Racismo Estrutural – ofertado pela Universidade Federal de Pernambuco em nível nacional. Realizado em 2024.

3) Formação (Virtual) em Tecidos Africanos: Cultura, Técnicas e Criação – ofertado pela Universidade de Brasília em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora - ações autogestionadas, organizadas pelas próprias migrantes. Realizado em 2025.

4) Formação em Educação Permanente em Saúde e Questões Étnico-Raciais – realizado em parceria entre Universidade de Brasília e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). A Secretaria destacou 35 profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), de diferentes esferas (incluindo atenção básica, média e alta complexidade), para participarem da formação ministrada pelas mulheres migrantes negras. Realizado em 2025.

5) Formação (virtual) intitulada "Despertando o olhar da Atenção Primária à Saúde para o Atendimento de Mulheres Migrantes Negras e Pardas" – curso realizado em parceria entre Universidade Federal de Juiz de Fora e SMS-Juiz de Fora, o qual contou com 1.000 participantes, realizado em 2025.

6) Formação intitulada "Nossa Força está na nossa Raiz" – processo de formação sobre tranças e músicas africanas, realizado por mulheres migrantes negras, vinculadas à Universidade de Brasília. Realizado em 2025.

7) Processos de Formação realizados pelo Núcleo vinculado à Universidade Federal de Pernambuco: 2025

a) Mulheres Migrantes Negras em diáspora no Estado de Pernambuco: formação em Direitos Humanos e Escrevivência. Realizado em 2025.

b) Sessões de cinema: exibição do filme "Irmã Mais Velha" – o filme aborda a história da escritora migrante nacional Inaldete Pinheiro. Realizado em 2025.

c) Leitura de Poemas e de Livros - Livro "Travessia" (escrito por Inaldete Pinheiro). Realizado em 2025.

d) Curso de Pintura em Tecidos: inspiração e motivos africanos. Realizado em 2025.

e) Curso de Tranças Africanas: Cultura, Identidade e Estética – Curso desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco em parceria com a SMS-Recife para profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Realizado em 2025.



Figura 1. Núcleo de Pernambuco (UFPE), 2025
Fonte: Foto Acervo Pessoal

2.6. Sexta etapa: Exposições fotográficas e audiovisuais do projeto

Em 29 e 30 de setembro de 2025 foi realizada, no campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, a Exposição "Todos os Olhares e Todos os Afetos", vinculada ao Projeto, organizado coletivamente pelo Núcleo da UERJ, com o protagonismo das mulheres migrantes negras.

A mostra reuniu produções artísticas e imagéticas das oficinas realizadas, configurando-se como espaço de visibilidade, afeto e incidência política das narrativas das participantes e contou com a presença das mulheres, professores, pesquisadores e estudantes da UERJ. Ademais, foram produzidos e apresentados 10 banners com *QR Code* por uma representação do grupo das mulheres. Em cada *QR Code* dos banners havia um texto oral organizado e lido pela mulher migrante que apresentava o banner.



Figura 2. Núcleo Rio de Janeiro (UERJ), 2025
Fonte: Foto Acervo Pessoal

2.7. Outras atividades

Até o presente momento, esta pesquisa, produziu inúmeras atividades complementares devido ao envolvimento das pesquisadoras bolsistas mulheres migrantes e demais integrantes dos Núcleos. Ressalta-se que, entre 2024 e 2025, foi construído coletivamente um repositório das imagens do projeto[1] no software Tainacan, um software livre, flexível e potente para criação de acervos digitais. Esse repositório digital auxilia na organização do banco de dados imagéticos e audiovisuais do projeto, assim como na difusão da produção. Desta forma, a construção desse acervo digital foi importante para a integração das informações do projeto, para a reconstrução e salvaguarda da memória coletiva, para a visibilidade das produções imagéticas das mulheres e para a difusão dos processos vivenciados. Em Brasília, as mulheres migrantes têm participado dos debates contra o Projeto de Lei 330/2025, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, e que propõe restringir o acesso da população de migrantes ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS).



Figura 3. Núcleo de Brasília (UnB), 2025
Fonte: Foto Acervo Pessoal

Ademais, as migrantes têm participado em congressos nacionais e internacionais, na Conferência Livre de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da Universidade de Brasília e ações da Tenda da Cátedra Sérgio Vieira de Melo da UnB, além de demais espaços tais como a Conferência Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia (COMIGRA). Uma das mulheres migrantes, e presidenta da ONG *Fanm Nwa* Mulheres Imigrantes e Refugiadas Empoderadas, tem realizado eventos culturais e em dezembro de 2024 fez uma atividade financiada pelo ACNUR Brasil.

[1] Disponível no site: https://negrasemdiaspora.sites.homologa.unb.br.

Além disso, a demanda pela implantação de processos de seleção para ingresso no ensino superior na Universidade de Brasília, por meio de destinação de vagas específicas às Mulheres Migrantes Negras foi construída pelo núcleo e atualmente a proposta está sendo encaminhada para Reitoria da UnB.

Em Minas Gerais, no núcleo de Juiz de Fora, toda a produção acadêmica do projeto resultou em trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais, alinhados ao objetivo de dar visibilidade às mulheres participantes. Como desdobramento, pactuamos com a coordenação de Educação Permanente da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, uma capacitação para profissionais da área, com a participação das mulheres migrantes, visando fortalecer as políticas públicas e potencializar ações voltadas aos migrantes e refugiados, em especial das mulheres migrantes negras.

Após a elaboração da Carta de Direitos uma das atividades realizada foi um Piquenique Cultural na praça cívica da UFJF, onde foram compartilhados saberes culturais relacionados à gastronomia e traçadas estratégias para compor o plano de ação.

Já em Pernambuco, no núcleo de Recife, o plano de atividades é composto essencialmente por ações de mobilização política, formações e ações culturais. Atualmente está em processo a criação do "Cine Clube Zezé Mota" e do "Clube de Leitura Jardins do Baobá", assim como da exposição virtual que tem como título: "Mulheres Migrantes em Recife: quem falou que eu ando só?" Também foram realizadas atividades externas e confraternizações como a visita ao Centro Cultural Quilombo Catucá, na cidade de Camaragibe/PE e a feira agroecológica do bairro da Várzea, em Recife.

No Rio de Janeiro, além da exposição "Todos os Olhares e Todos os Afetos" houve uma visita ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e haverá uma Reunião com o Secretário de Saúde do Município para divulgação dos dados do projeto e das possibilidades futuras de investimento em políticas direcionadas à população de mulheres migrantes negras.

3. O caminho se faz ao caminhar: o contexto e as trilhas de cada Núcleo

3.1 Experiência do Núcleo de Brasília

O núcleo de Brasília se caracteriza por se situar numa cidade onde ocorreu um dos maiores movimentos migratórios internos da história brasileira com a construção de Brasília, no período de 1956 a 1960, milhares de trabalhadores, principalmente da região Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, migraram para o Planalto Central atraídos por oportunidades de emprego e pela promessa de prosperidade. Conhecidos como *candangos*, esses migrantes foram essenciais na construção da nova capital, mas enfrentaram condições precárias de vida e exclusão do espaço urbano planejado. Assim, Brasília consolidou-se como um polo de diversidade cultural, cuja formação está intrinsecamente ligada ao processo migratório que a originou. Por outro lado, a migração africana e caribenha que, historicamente, era menor que em outras regiões do Brasil, tem se intensificado nas últimas décadas, refletindo os novos fluxos migratórios Sul–Sul.

O núcleo de Brasília é composto por doze mulheres migrantes negras. Cujo países de origem são Haiti, Cuba, Colômbia, Venezuela, Angola, Guiné- Bissau, Guiné-Conacri, Nigéria, Camarões e República Democrática do Congo, evidenciando a diversidade dos países que constituem o núcleo. Algumas mulheres negras migraram em busca de melhores condições econômicas, estabilidade política e acesso a serviços públicos, outras para estudar através de projetos educacionais do Brasil.

O projeto tem atuado diretamente na promoção de espaços de diálogo, produção de conhecimento e fortalecimento político. Ademais, a participação ativa dessas mulheres como pesquisadoras tem sido fundamental para a legitimidade e a profundidade da investigação, já que trazem suas experiências, saberes e trajetórias de vida para o centro do processo de produção científica.

A fase atual do projeto concentra-se em estabelecer contatos com órgãos públicos federais e do Distrito Federal, visando dialogar sobre as demandas das políticas públicas sistematizadas pelas mulheres migrantes negras através da Carta de Direitos. Paralelamente, busca-se pactuar processos de educação permanente para os trabalhadores das instâncias governamentais como uma forma de contribuir para fortalecer as políticas públicas que beneficiem migrantes e refugiados, com atenção especial às mulheres negras, pois estas enfrentam desafios de inserção no mercado de trabalho, regularização documental e barreiras culturais, apesar de encontrarem apoio em políticas públicas locais voltadas a imigrantes e refugiados, como os programas de acolhimento e assistência social do Distrito Federal.

3.2. Experiência do Núcleo do Rio de Janeiro

O Núcleo do Rio de Janeiro foi implantado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com a participação de dois laboratórios que são grupos de pesquisa CNPq-UERJ: o Âncora e o LatTIS. Nestes laboratórios concentram-se pesquisas, artigos e trabalhos acadêmicos de pesquisadores, professores e alunos de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social- PPGPS da UERJ.

Depois dos procedimentos iniciais de implantação do núcleo do projeto no RJ, iniciaram-se as atividades por meio das oficinas, grupos operativos e reuniões com as pesquisadoras mulheres migrantes negras e demais estudantes. O núcleo do Rio de Janeiro é formado por dez pesquisadoras migrantes de diferentes países: seis de Angola, uma de Moçambique, uma do Haiti, uma da República Democrática do Congo e uma de Cuba. A realização do XIII Colóquio Internacional Fronteiras Abertas para Jovens Refugiados e Migrantes ocorrido em maio de 2025, propiciou às migrantes, estudantes, professores e demais pesquisadores, um espaço de troca de experiências, reflexões e debates, contribuindo também para o fortalecimento do grupo. Na sequência, a Exposição “Todos os Olhares e Todos os Afetos”, realizada em setembro de 2025, foi um momento muito importante para o empoderamento das mulheres, a articulação e visibilidade das situações de vida perante o conjunto da sociedade.

Cabe assinalar que o Núcleo Rio-UERJ avançou para ações práticas voltadas à disseminação e ao impacto social do projeto. Entre elas, destacam-se visitas a organizações da sociedade civil e a órgãos públicos, com o objetivo de divulgar os resultados alcançados e promover rodas de conversa sobre os direitos e experiências das mulheres migrantes.

Para o mês de outubro de 2025, está prevista a realização de um curso de oficinas práticas ministradas pelas próprias migrantes do núcleo, abrangendo três eixos: tranças de cabelo, culinária típica e arte. O calendário e horários ainda serão definidos, mas a proposta já sinaliza o fortalecimento da valorização cultural e da troca de saberes.

O encerramento das atividades do ano será realizado em novembro de 2025 com um "Cine Debate Nacional", aberto a todos os núcleos do projeto. Nessa ocasião, será apresentado o percurso do Núcleo Rio-UERJ e serão discutidas as dinâmicas e experiências dos demais núcleos regionais. Esse momento se configurará como espaço de integração, avaliação e projeção de novas estratégias coletivas de resistência e afirmação.

3.3. Experiência do Núcleo Porto Alegre

As realizações das ações do núcleo de Porto Alegre ocorrem em uma metrópole do sul do Brasil. Esta região se caracteriza por ter uma população branca proporcionalmente maior em relação à de outras regiões do país, com grande influência da imigração italiana e alemã ocorrida no final do século XIX e início do século XX, o que intensifica os desafios vivenciados pela população negra e pela migração contemporânea de pessoas de países periféricos. O núcleo é composto por treze mulheres, das quais onze são migrantes negras. As ações desenvolvidas iniciaram em julho de 2024, com a seleção das pesquisadoras e formação da equipe de apoio operacional. Os países de origem das mulheres selecionadas incluem Angola, República Democrática do Congo, Guiné-Bissau, Haiti e Venezuela.

Internamente, as mulheres migrantes negras do núcleo referem sentir-se acolhidas e amparadas pelo grupo e pretendem, inclusive, dar continuidade às ações, mesmo após a finalização do projeto. Para várias, o projeto desencadeou um despertar coletivo e político, justamente por proporcionar um espaço distinto dos habituais, onde se aprende a lidar com situações fora de suas realidades de origem, onde se partilham histórias, culturas, opressões e enfrentamentos, fortalecendo laços entre mulheres de diferentes realidades, classe social, faixa etárias e experiências, o que tem conduzido ao fortalecimento de ações coletivas.



Figura 4. Núcleo de Porto Alegre (UFRGS), 2025
Fonte: Foto do Acervo Pessoal

3.4. Experiência do Núcleo Juiz de Fora

Juiz de Fora é um município da Zona da Mata Mineira que recebe a cada ano migrantes de vários países, a maioria mulheres, que buscam oportunidades, mas encontram inúmeras adversidades para sobreviverem.

As oficinas aconteceram nas salas de aula e auditório da Faculdade de Enfermagem e a área verde do campus da UFJF. As participantes foram 10 mulheres autodeclaradas pretas e pardas sendo cinco venezuelanas, uma moçambicana, duas de Guiné-Bissau e duas da República Democrática do Congo, com idade variando entre 28 à 56 anos, 80% casadas e 50% com ensino superior. Elas foram selecionadas como pesquisadoras bolsistas do CNPq, a partir de um edital aberto em outubro de 2024.

Vale destacar que no mês de maio 2025, este Núcleo foi aprovado em outro Projeto de Extensão vinculado ao Edital Boa Vizinhança da Pró-Reitoria de Extensão da UFJF, o qual incluiu dentre seus objetivos a implementação de parte do Plano de Ação construído pelo grupo de Juiz de Fora, especificamente no que tange à criação de um grupo de apoio às mulheres migrantes pretas e pardas, com vistas ao fortalecimento, empoderamento, escuta qualificada e a valorização dos conhecimentos e histórias de vida dessas mulheres.



Figura 5. Núcleo de Juiz de Fora (UFJF), 2025
Fonte: Foto do Acervo Pessoal

3.5. A Experiência de Recife

O Núcleo Recife/PE tem desenvolvido o projeto através do Laboratório de Educação das Relações Étnico Raciais (Laberer/UFPE/CNPq).

As ações têm sido realizadas em parceria com a Superintendência de Cultura da UFPE e com o Espaço de Pesquisa em Cultura e Relações Étnicos Raciais (Epcrer/UFPE), que tem cedido espaço físico, além de divulgar as ações do núcleo. Algumas das atividades realizadas têm contado com subsídio da Política Nacional Aldir Blanc do Governo de Pernambuco, através do projeto "Mulheres Migrantes Negras em Diáspora no Estado de Pernambuco: Formação em Direitos Humanos e Escrevivências", viabilizando o custeio de oficinas para as crianças, filhas das participantes do projeto, oficinas sobre literatura negra e escrita criativa, confecção de camisetas, banner, ecobags, palestras, transporte para atividades externas, alimentação, aquisição de livros de literatura, entre outros.

3.6. Experiência do Acre

O estado do Acre passou por diversos ciclos migratórios desde o século XIX e XX, fortemente marcado pela migração interna de populações oriundas da região Nordeste do país, em um contexto de fuga da seca e busca por trabalho na extração do látex, projeto de ocupação do governo federal na década de 1960 para ocupação da faixa de fronteira.

Mais recentemente, a migração no Acre toma outros contornos, especialmente em 2010, com a chegada de haitianos, após o terremoto no Haiti. Posteriormente, a crise econômica e política na Venezuela, em 2013 e 2017, impulsionou o movimento de imigração para o Brasil pela fronteira amazônica. Processo marcado principalmente por crises econômicas, conflitos políticos e violência social. De acordo com Jakob (2015), homens, mulheres e crianças migraram movidos pela esperança de conseguir trabalho, moradia, vida digna e acesso aos serviços públicos de educação e saúde. O estado do Acre se tornou uma rota de passagem de imigrantes e refugiados.

O Núcleo Acre/UFAC selecionou cinco pesquisadoras mulheres migrantes negras da Colômbia, Venezuela, Peru e Cuba. O processo seletivo das mulheres migrantes negras atravessou diversos obstáculos, um dos principais foi a divulgação e aproximação com as mulheres migrantes. Algumas mulheres migrantes recusaram a participar da seleção por medo da deportação, pois estavam de forma irregular no país e não tinham recurso financeiro para pagar as taxas de renovação da documentação.

O produto da oficina foi a confecção de um planejamento das ações de formação/acolhimento para ser implementando pelo Núcleo. Foi produzido um folder com orientação para questões de violência e dificuldades enfrentadas pela língua. Outro produto, que está em fase de elaboração, é um protocolo de atendimento e acolhimento voltado para o serviço público de saúde e um guia de orientação nos idiomas espanhol e português com informações sobre como acessar o Bolsa Família, matrícula em escolas, cartão SUS, visto permanente e naturalização definitiva, carteira de trabalho, entre outros serviços demandados pelas mulheres migrantes e seus filhos.



Figura 6. Núcleo do Acre (UFAC), 2025
Fonte: Foto do Acervo Pessoal

4. Considerações Finais

As mulheres migrantes negras enfrentam múltiplas dificuldades e violências, marcadas pela violação de direitos humanos, racismo estrutural, a xenofobia e a desigualdade de gênero decorrente da falta de políticas públicas em nível global. Dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, a condições dignas de habitação, alimentação, educação e saúde, são realidades narradas no cotidiano de vida dessas mulheres. A visibilidade dessas situações se deu a partir dos depoimentos das mulheres migrantes negras por meio da fala, imagens (fotografias, vídeos e proposições plásticas) e compartilhamento das expressões culturais em uma rede social e em espaços socioculturais que favoreceram a reflexão e a participação social na construção de políticas públicas, concernentes aos direitos humanos da população migrante.

O percurso do projeto demonstra a força das práticas como ferramentas de diálogo, escuta, visibilidade e incidência sociopolítica. A metodologia adotada demonstrou a importância do protagonismo dos sujeitos no desenvolvimento de processos de produção coletiva pautados em ações coletivas a partir da *práxis*. Nesse sentido, o projeto propiciou o desvelar de opressões e as necessidades de grupos em situação de vulnerabilidades atravessadas por interseccionalidades, tal como a população de mulheres migrantes negras. Ademais, também evidenciou a força do coletivo na criação de estratégias políticas de enfrentamento.

As ações em andamento e as previstas para os próximos meses reafirmam o compromisso do projeto com a promoção de espaços de partilha, de valorização cultural e de luta por reconhecimento de direitos. Assim, não apenas o projeto documenta as opressões vividas, mas também constrói horizontes de futuro, fortalecendo o protagonismo das mulheres migrantes negras no cenário brasileiro.

A conclusão da Carta de Direitos das Mulheres Migrantes Negras em Diáspora representa o ápice desse processo, consolidando um documento político e coletivo que expressa as demandas e reivindicações das migrantes. O processo desenvolvido fortaleceu o protagonismo individual e coletivo e o reconhecimento das mulheres como lideranças femininas que contribuem para a inclusão e o tensionamento dos direitos das mulheres migrantes negras nas agendas políticas.

Todas estas atividades têm permitido ao grupo fortalecer os laços identitários, desenvolver estratégias de ação, políticas de reivindicação e ampliação do repertório cultural, político e conceitual sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Além disso, tem permitido a articulação com outros coletivos de mulheres negras no território brasileiro.

Por fim, compreender as adversidades experienciadas pelas mulheres migrantes negras no processo de migração, evidenciou que para além de uma política pública que assegure os direitos da imigração, os estados e municípios necessitam rever seus procedimentos de acolhimento.

Referências

Evaristo, C. (2020). A escrevivência e seus subtextos. In C. Duarte & I. Nunes (Orgs.), *Escrevivência: A escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Mina Comunicação e Arte.

Freire, P. (2021). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (54ª ed.). Paz e Terra.

Hoefel, M. (2016). *Projeto Vidas Paralelas: relações entre a imagem, a estética e a política* (Relatório de pesquisa de Pós¬Doutorado), Universidade de Brasília, Brasil.

Hoefel, M., Andrade, R., Severo, D., Ayres, H., Bermudez, X., Washington, C., Oliveira, W. & Ayres, R. (2020). Projeto Vidas Paralelas Migrantes: Mosaicos de cenários, perspectivas e produção de conhecimento no Brasil e na França – 2017/2020. T*empus: Actas de saúde coletiva*, 14(3), 15–43.

Hoefel, M., Severo, D., Washington, C. & Bermudez, X. (2023). *Vidas paralelas migrantes: Experiências de mediadoras socioculturais na França*. Editora UnB.

Jakob, A. (2015). A migração internacional recente na Amazônia brasileira. Núcleo de Estudos de População. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 23(45), pp. 249-271. http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407043483013.

Messias, E. (2024). *Documento – Curso Introdutório de Racismo Estrutural e seus impactos na vida das mulheres negras*. Universidade Federal de Pernambuco.

Rancière, J. (2005). *Sobre políticas estéticas* (Manuel Arranz Trad.). Universidade Autónoma de Barcelona.

Tainacan. (2025). *A flexible and powerful repository platform for WordPress*. Disponível em: https://tainacan.org/.

Washington, C. (2024). *Documento – Curso de Leitura, Produção e Criação de Imagens em Processos Coletivos*. Universidade de Brasília.